Horizontes Históricos.

ENTRE ESCRITURAS E PROCURAÇÕES: COMERCIANTES DE ESCRAVIZADOS NA FREGUESIA DA SÉ EM SALVADOR NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

BETWEEN DEEDS AND PROXIES: SLAVE TRADERS IN THE PARISH OF SÉ IN SALVADOR IN THE SECOND HALF OF THE 19TH CENTURY

Valney Mascarenhas de Lima Filho[1]

Resumos: Este artigo analisa a atuação de negociantes de escravizados no tráfico interno em Salvador, com ênfase na freguesia da Sé, na segunda metade do século XIX. Foram utilizadas 643 escrituras de compra e venda (1852–1880), 3.887 registros de passaportes de escravizados (décadas de 1840, 1850 e 1870), além de processos cíveis, inventários e periódicos. Esses documentos integram uma pesquisa em andamento sobre o tráfico interno na Bahia. A construção de bancos de dados permitiu identificar os negociantes mais recorrentes no período. Por meio do método de ligação nominativa, traçaram-se aspectos das redes comerciais formadas por comerciantes locais. Constatou-se que o comércio de escravizados na freguesia da Sé atendeu principalmente às demandas locais, embora articulado a fluxos inter e intraprovinciais.
Palavras-chaves: tráfico interno de escravizados, freguesia Sé Salvador, comércio de escravizados.

Abstract: This article examines the role of slave traders involved in the internal slave trade in Salvador, focusing on the parish of Sé during the second half of the nineteenth century. The research is based on 643 bills of sale (1852–1880), 3,887 slave passport records (from the 1840s, 1850s, and 1870s), in addition to civil cases, probate inventories, and newspapers. These sources are part of an ongoing study on internal slave trafficking in Bahia. Through the construction of databases, the most recurrent traders in the period were identified. Using nominal linkage methods, the study outlines aspects of the commercial networks established by local merchants. It concludes that the slave trade in the Sé parish mainly served local demand, while also maintaining ties with both interprovincial and intraprovincial routes.
Keywords: internal slave trade, parish of Sé Salvador, slave commerce.

[1]Doutorando em História Social UFBA. https://orcid.org/0000-0003-1660-2439 Lattes: http://lattes.cnpq.br/1158205498217470. Email: valney.mfilho@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Na década de 1850, a freguesia da Sé em Salvador refletia a diversidade urbana da época, onde conviviam comerciantes, profissionais liberais, empregados públicos, trabalhadores livres, libertos e escravizados. No recenseamento de 1855, a Sé contava com 967 casas e um registro de 8.316 habitantes. Em contraste com a freguesia da Conceição da Praia, tradicionalmente dedicada ao comércio e em contato direto com os trapiches da Baía de Todos os Santos, a Sé foi inicialmente concebida para funcionar como centro administrativo da cidade. No século XIX, essa freguesia passou por um período de desintegração, e em suas ruas surgiram casas de comércio, o que influenciou no perfil dos seus habitantes, na maioria, de camadas médias da sociedade. (Anna Nascimento,2007, p.112-119). Nesse cenário, em meio a prédios administrativos, residências e estabelecimentos comerciais, muitas pessoas recorriam ao cartório daquela freguesia para registrar suas transações de compra e venda de pessoas escravizadas.

Nas figuras 7 e 8, observamos fotografias dos arredores da Sé. Na figura 1, o Pelourinho fotografado por Ben Mulock, percebemos nas calçadas a presença de vendedores(as), que bem poderiam ser ganhadeiras que vendiam variedades de produtos. Na figura 2, observamos o Terreiro de Jesus e as antigas instalações dos jesuítas, símbolo do poder que os jesuítas exerceram nos primeiros séculos de colonização

Figura 1- O Pelourinho fotografado por Ben Mulock, em 1859



Fonte: http://www.salvador-antiga.com/praca-se/antigas.htm

Figura 2- Terreiro de Jesus e as antigas instalações dos jesuítas.



Fonte: http://www.salvador-antiga.com/praca-se/antigas.htm. Fotografia de 1862, de Camillo Vedani.

A análise das transações de compra e venda de escravizados na freguesia da Sé permite acompanhar parte das negociações locais e avaliar o impacto do tráfico interno de escravizados em uma freguesia de Salvador. Na Sé, a maioria das transações ocorreu entre residentes da cidade. Nesse contexto, é importante considerar os custos envolvidos na feitura da escritura de compra, incluindo o pagamento de taxas e impostos. Para evitar o fisco, era comum o uso de procurações para envio de escravizados a outras províncias, sendo a escritura formalizada no destino, em nome do comprador. Ainda assim, algumas transações interprovinciais foram registradas no cartório da Sé. O cruzamento de fontes entre as escrituras de compra e venda, registros de passaporte de escravizados e processos cíveis permite identificar os traficantes internos de escravizados que atuaram na Bahia.

Cabe ressaltar que o tráfico interno de escravizados na Bahia foi muito ativo ao longo do século XIX. Na primeira metade do século, como indica a historiadora Albertina Lima Vasconcelos (2005), ao menos, 6.974 escravizados foram transferidos da Bahia para o Rio Grande do Sul. No banco de dados *Slave Voyages American*, entre os anos de 1830 e 1850, encontramos 7.862 escravizados(as) que saíram da Bahia com destino ao Rio de Janeiro[2]. Assim, chegamos ao total de, ao menos, 14.836 escravizados despachados do porto de Salvador para o Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul na primeira metade do Oitocentos. Após a lei Eusébio de Queiroz, a crescente especulação em torno da questão da disponibilidade da mão de obra contribuiu para intensificação do tráfico interprovincial. Segundo Robert Slenes (1975), o tráfico interprovincial direcionado às regiões cafeeiras do Sudeste deslocou aproximadamente 200 mil escravizados em todo o Império, entre as décadas de 1850 e 1880, com um auge registrado entre 1873 e 1881, quando cerca de 90

[2] Banco de dados disponível em: [https://www.slavevoyages.org/american/database]. Acesso em 13 de novembro 2024.

mil escravizados foram transferidos. Os deslocamentos foram por meio de navegações de cabotagem, que circulavam entre os diferentes portos do litoral brasileiro, e por rotas terrestres que cortavam os sertões. As pesquisas de Maria de Fátima Pires (2009) e Erivaldo Fagundes (2000) evidenciam que localidades dos sertões baianos se mantiveram ligadas aos fluxos do tráfico inter e intraprovincial de escravizados. Muitos daqueles enviados para a lida no plantio e cultivo do café saíram da Bahia.

Recentemente, muitos trabalhos têm contribuído para o entendimento do tráfico interno no Brasil após 1850, através de diferentes fontes, recortes regionais e abordagens variadas. Essa bibliografia foi incorporada ao texto, contudo, nesta introdução, destaco alguns destes trabalhos. Luana Teixeira (2016) aponta que as redes estabelecidas no comércio de cabotagem possibilitaram o fluxo contínuo do tráfico interno, pelo menos, a partir do Segundo Reinado nos portos de Maceió e Penedo. Esses dois portos funcionaram com circuitos comerciais próprios que viabilizaram um ativo comércio interprovincial de escravizados. Na década de 1850, o porto de Salvador foi entreposto para alguns daqueles escravizados que saíram de Alagoas rumo ao Rio de Janeiro, evidência dos laços estabelecidos entre Bahia e Alagoas nesse comércio.

Sobre a província de Minas Gerais, o historiador Roberto Martins (2018) confrontou clássicas teses historiográficas que afirmavam que o declínio da mineração ocasionou massiva transferência de cativos daquelas regiões para o nascente setor exportador de café no vale do Paraíba. Nesse entendimento, a diversificação produtiva e econômica das regiões mineiras, voltadas para alimentos e insumos de consumo interno, foi responsável por manter o dinamismo e demanda por mão de obra na região. Camila Flausino (2006) em dissertação sobre o tráfico inter e intraprovincial em Mariana, Minas Gerais, indicou que, para o período 1850-1886, dentre os registros de compra e venda, as negociações locais e regionais foram maioria. Henrique Tizoco (2018), em sua dissertação sobre Bonfim do Paraopeba (MG), chegou em conclusões semelhantes e identificou um ativo comércio local de compra e venda de escravizados.

Luiz Carlos Laurindo Junior (2021) abordou o tráfico interno de escravizados no Vale do Amazonas, no período 1840-1888, e destacou o predomínio de negociações locais e intraprovinciais. O dinamismo econômico local e regional, impulsionado pela produção de cacau e borracha, mobilizou redes comerciais que viabilizaram o tráfico interno na região, conferindo-lhe características particulares. Através desse estudo, podemos observar as nuances desse tráfico em uma região situada fora dos principais eixos da economia exportadora, como o açúcar nas províncias do nordeste e o café nas do sudeste.

Rafael da Cunha Scheffer (2012) analisou a dinâmica do tráfico interno entre a região Sul e São Paulo. O historiador levantou dados através dos registros da meia sisa e dos livros de compra e venda das regiões estudadas. O autor identificou redes comerciais que possibilitaram o tráfico interprovincial entre Campinas e o sul do Império. Por sua vez, na perspectiva da história econômica, José Flávio Motta (2012) é uma importante referência na abordagem do tráfico interno.

Em seu estudo explora uma extensa parcela da região cafeeira paulista no processo de expansão das lavouras e o fluxo local inter e intraprovincial de escravizados.

Essas pesquisas demonstram as especificidades de cada província nos fluxos do tráfico inter e intraprovincial de escravizados. Observa-se o caráter multicêntrico do comércio de mão de obra, que, mesmo após 1850, não se restringiu apenas à demanda impulsionada pela expansão da cafeicultura. Na Bahia, ainda existem lacunas sobre as nuances desse comércio no cotidiano e seu impacto em diferentes regiões. A historiadora Joice Oliveira (2019) estudou o tráfico interno entre Bahia e Rio de Janeiro, utilizando procurações emitidas na freguesia da Conceição da Praia, uma área comercial de Salvador. Em sua pesquisa, Oliveira destacou a forte conexão entre os negociantes de escravizados da Bahia e as praças comerciais da Corte, especialmente nas décadas de 1860 e 1870. Este artigo analisa as escrituras da freguesia da Sé, com características distintas, proporcionando uma visão privilegiada sobre o comércio local de escravizados em Salvador e suas articulações. Além disso, examino os comerciantes de escravizados que atuaram na transição da primeira para a segunda metade do século XIX, o que oferece uma compreensão mais ampla das mudanças provocadas pela Lei Eusébio de Queirós, sancionada em 4 de setembro de 1850.

Na próxima seção, apresento alguns negociantes que atuaram no comércio de escravizados em Salvador. As escrituras de compra e venda de escravizados são o ponto de partida, e a conexão nominativa foi ampliada com fontes adicionais, como processos cíveis, registros de passaportes de escravizados e publicações de periódicos da época.

COMPRADORES(AS), VENDEDORES (AS) E NEGOCIANTES DE ESCRAVIZADOS NA SÉ

Negociantes de escravizados na Sé

Em 31 de julho de 1849, Thomaz da Rocha Barreto atuou como agente de compra e venda de pessoas escravizadas e, na ocasião, negociou Prudência, africana de nação nagô, com Felisberto Firmino Vieira de Cerqueira, pelo valor de 350$000[3]. Na ocasião de formalização do negócio com Felisberto, Thomaz apresentou um recibo de venda do comerciante José Leopoldo de Mello para comprovar sua legítima posse sobre Prudência. Esse recibo serviu apenas para conferir um título legal à transação, sem que a venda de fato ocorresse; Thomaz teria atuado exclusivamente como intermediário nas negociações de Leopoldo. Esse tipo de intermediação era comum na época, com agentes que facilitavam as transações, angariavam compradores ou vendedores e recebiam comissões pelos seus serviços.

Ao abordar as negociações da escravização no Brasil do século XIX, devemos contextualizar algumas questões. Em 1831, a Assembleia Legislativa do Brasil, em cumprimento aos tratados firmados com a Inglaterra, promulgou uma lei que proibiu o comércio de africanos escravizados vindos da costa da África. Contudo, apesar dessa proibição, até a década de 1850, as autoridades

[3] Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB); Sessão Judiciário; Série Processo Cível. Classificação: 64/2302/05.

foram coniventes com contrabandistas que desembarcaram milhares de africanos ilegalmente escravizados nas costas brasileiras (Beatriz Mamigonian, 2017, 632p) (M. S. Silva, 2017). Nesse contexto, estava em jogo a legitimidade da posse de pessoas, além da crescente interferência do Estado brasileiro como mediador e regulador. Um dos métodos utilizados pelos senhores para legitimação do domínio foi a lavratura de escrituras de compra e venda em cartório, mediante o pagamento dos custos legais e do imposto da meia sisa[4]. Nesse sentido, a estratégia do uso de recibos e procurações no trânsito das negociações, só transmitindo em cartório quando chegasse ao comprador final, foi comum no período em questão. Thomaz da Rocha Barreto, na qualidade de agente de vendas, estava habituado a esse tipo de negociação e atuou em outras ocasiões. No ano de 1845, enviou para o Rio Grande o escravizado Antonio, já no ano de 1855 registrou no cartório da Freguesia da Sé a compra de Luisa, crioula de 10 anos, à José Pinto de Sousa. No mesmo cartório, em 1856, atuou como procurador do africano liberto Julião Vieira na venda da africana nagô de nome Agustinha.

Na referida venda, pactuada com Felisberto Firmino Vieira, a transação foi o começo de um conturbado processo cível de cobrança. Após pouco tempo da negociação, a africana Prudência morreu de moléstia incurável. Inconformado com o “prejuízo”, Felisberto buscou a Justiça para reaver o dinheiro da compra acrescidos dos custos médicos que despendeu no tratamento da doença. A maior parte do processo correu à revelia do réu Thomaz da Rocha Barreto e, somente após a sentença desfavorável, recorreu através de uma petição em que chamava à autoria do processo José Leopoldo de Mello. Interessante que, pouco tempo depois, em anulação à primeira, outra petição foi apresentada citando a senhora D. Theodora Maria da Piedade, que seria a verdadeira proprietária de Prudência. Nesse imbróglio, em que atuou enquanto intermediário, Thomaz da Rocha Barreto pareceu inseguro sobre quem deveria responsabilizar pela venda malsucedida.

Durante o processo, foram apresentados três documentos, uma autorização para a venda de Prudência assinada por Theodora Maria da Piedade, datada de 30 de julho de 1849, o recibo de Leopoldo de Mello (que supostamente vendia Prudência para Thomaz) escrito de próprio punho, de 31 de julho de 1849, e o último recibo de Thomaz da Rocha Barreto ao comprador Felisberto F. Vieira, no mesmo dia de 31 de julho. A proximidade entre as datas indica que a negociação aconteceu rapidamente entre os interessados. A hipótese é que Thomaz da Rocha Barreto tenha atuado enquanto agente em duas ocasiões: primeiro intermediou a negociação entre Theodora e Leopoldo, depois entre Leopoldo e Felisberto. Talvez estivesse a serviço de Leopoldo. A escritura de compra e venda só seria passada em cartório na última transação efetivada com Felisberto. Supondo que os vendedores soubessem da moléstia, a rapidez poderia ser a garantia que a venda ocorresse.

[4] O imposto de meia sisa foi instituído pelo Alvará de 3 de junho de 1809 e cobrava determinada taxa em cada transação de compra e venda passada em cartório.

O Juiz da primeira vara deu sentença favorável ao autor, Felisberto Firmino Vieira, com a fundamentação de que o vendedor usou de má fé ao fazer negociação enquanto Prudência já estava acometida de moléstia. Tendo em vista o recibo escrito por Thomaz da Rocha Barreto, em que se responsabilizava por inconvenientes que resultassem da venda, ele ficou obrigado a pagar a quantia de 664$899. Após essa decisão judicial desfavorável, Thomaz da Rocha Barreto iniciou um processo contra José Leopoldo de Mello, no qual argumentou que atuara unicamente como agente de vendas a serviço do dito negociante[5]. Em sua defesa, Leopoldo afirmou que o recibo não representava uma venda, mas fora redigido apenas para auxiliar Thomaz, que, utilizando seu "honrado nome", conseguiria melhores oportunidades de negociação. Leopoldo tentou, assim, afastar a acusação de que adquirira Prudência de Theodora a pedido do intermediário. No entanto, essa alegação não convenceu o juiz, que decidiu responsabilizá-lo pelo reembolso do malsucedido negócio. Diante das evidências, é pouco provável que o comerciante emprestasse seu "honrado nome" sem nenhuma participação efetiva no negócio.

Essa disputa judicial revela aspectos do cotidiano dos comerciantes de escravizados em Salvador. Assim como Thomaz da Rocha, o negociante Leopoldo foi atuante no comércio local de escravizados. Entre os anos 1852 e 1856, ele adquiriu sete pessoas escravizadas na freguesia da Sé e, nos anos de 1848 e 1852, também participou do tráfico interprovincial, enviou Feliciana, africana, e Luiza, crioula de 25 anos, para o Rio de Janeiro, respectivamente[6]. Por meio de outras fontes, é possível traçar aspectos da vida desse comerciante, com o objetivo de identificar suas redes comerciais e características que poderiam ser comuns entre aqueles que se dedicaram ao comércio de pessoas escravizadas em Salvador na época.

José Leopoldo de Mello, brasileiro nato e branco, residia, em 1857 (ano de sua morte), na estrada do Rio Vermelho. Casado há quase 17 anos com Dona Luzia Maria da Silva, o casal não tinha filhos. Sua casa, de estilo abarrocado, possuía uma fachada de 50 palmos com cinco janelas envidraçadas, e incluía sala de jantar, sala de estar, três quartos e outros cômodos, sendo avaliada em 5:500$000 réis. Embora sem ostentar luxo, a mobília oferecia conforto adequado para duas pessoas. Leopoldo não esteve entre os negociantes mais ricos de Salvador, mas usufruía de privilégios consideráveis em uma cidade marcada por profundas desigualdades e restrições de direitos. Em seu inventário, declarou bens no valor de 16:592$000; no entanto, as dívidas passivas superavam o valor dos bens, o que colocou o casal em condição de endividamento[7].

Além disso, em seu inventário, consta que possuía uma casa na Freguesia da Sé com uma loja no pavimento térreo, portanto, é possível que o lugar funcionasse também como estabelecimento comercial. Essa hipótese conduz à suspeita de que nesse local os escravizados aguardassem para serem vendidos. Nesse caso, atuou como um comerciante relativamente bem

[5] Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB); Sessão Judiciário; Série Processo Cível. classificação: 64/2302/05.
[6] Banco de dados elaborado a partir das escrituras de compra e venda de escravizados e registros de passaportes.

[7] Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB); Sessão Judiciário; Série Processo Cível. Classificação: 64/2302/05.

estabelecido. Como foi dito, entre os anos de 1852 e 1856, encontrei sete escrituras de compra e venda de escravizados em que Leopoldo aparece como comprador, negociações que movimentaram um total de 5:200$000. Levando em conta que o cartório da Sé pode ter registrado apenas parte de suas negociações naquele ano, pode-se considerar que o negociante foi ativo no comércio local de escravizados na cidade de Salvador. Certamente, essas negociações foram financiadas com letras de créditos que Leopoldo pediu nas diferentes instituições financeiras do período.

Em dezembro de 1847, José Leopoldo figurava entre os suplentes de eleitores e foi convocado para votar nas eleições para juiz de paz e vereadores na Freguesia de S. Pedro Velho. No período em questão, era exigida renda mínima de 400$000 para eleitores e de 200$000 para votante. O sistema eleitoral funcionava dividido em dois turnos: primeiro todos os votantes eram convocados para elegerem os eleitores, depois os eleitores mais votados votavam naqueles que pleiteavam algum cargo, como deputado, vereador ou juiz de paz. Apesar de não possuir mais residência na freguesia de São Pedro no momento de seu inventário, Leopoldo foi registrado, em 1854, como empresário de obras públicas com escritório na Rua do Sodré, perto da Ladeira da Preguiça, o que pode explicar sua elegibilidade para votar naquela freguesia. É possível que tenha vendido sua propriedade em São Pedro para saldar dívidas, dada sua situação financeira instável. A proximidade entre a freguesia de São Pedro Velho e a da Sé evidencia como Leopoldo costumava circular nessas áreas no decorrer de sua trajetória comercial[8]. Assim, o comerciante Leopoldo estava apto ao exercício pleno da cidadania, no entanto, pouco conhecemos sobre suas preferências políticas ou em quem votou naquela eleição.

Sobre o contexto da década de 1840, sabe-se que a elite proprietária da Bahia estava preocupada com a estabilidade e a ordem política administrativa. A revolta dos Malês e a Sabinada expuseram contradições latentes na cidade de Salvador. As desigualdades raciais e econômicas geravam constantes conflitos e ficou provado o risco da radicalização dos movimentos de contestação. Nesse contexto, parte dos proprietários, comerciantes e profissionais liberais apoiava reformas ao código criminal e nas leis eleitorais, além de defender a centralização monárquica do Estado. Essas medidas visavam tanto punir rigorosamente os revoltosos quanto restringir o exercício da cidadania aos “homens aptos” — ricos e de suposta honra. Leopoldo de Mello se incluía nesse perfil de “homem honrado” que reivindicava para si: homem, branco, casado, proprietário de alguns bens, com crédito e boas relações com outros comerciantes, apesar de endivido no momento de seu falecimento. Não surpreenderia se estivesse alinhado ao pensamento político da elite baiana, que buscava reformas para garantir o restabelecimento da ordem.

De todo modo, Leopoldo de Mello integrou-se ao grupo de comerciantes que negociavam escravizados na Bahia. Em seu inventário, ele declarou diversas dívidas de empréstimos contraídas

[8] Em relação ao sistema eleitoral ver: GABRIELA; LISA EARL CASTILLO; ALBUQUERQUE, W. **Barganhas e querelas da escravidão**. [s.l.] SciELO - EDUFBA, 2014. p.281-315.

em instituições como a Sociedade Comércio e Caixa Econômica. Essa relação de crédito entre Leopoldo e a Sociedade Comércio, liderada pelo português Antonio Francisco Brandão, sugere uma conexão entre esses dois indivíduos, ambos atuantes no comércio de escravizados. Brandão, sócio principal da firma *Brandão & Irmãos*, desempenhou um papel importante no tráfico interno nos sertões da Bahia, segundo apontamentos historiográficos (NEVES, 2000). No entanto, enquanto Brandão figurava entre os mais ricos da cidade, Leopoldo era um médio comerciante, que deixou um legado de consideráveis dívidas ao falecer.

Em relação às dívidas contraídas por Leopoldo foram seus fiadores e credores Sergio Pereira da Silva, Constantino José Gonçalves e Justino José Fernandes. Nas letras obtidas na Caixa Econômica foi o fiador seu cunhado Constantino José Gonçalves, comerciante com loja na Rua dos Droguistas e que também se envolveu no comércio de escravizados. No ano de 1843, remeteu o escravizado, crioulo, de nome Manoel para Rio de Janeiro. Entre os anos de 1854-1856, comprou três escravizados na Freguesia da Sé, sendo que em uma das negociações o vendedor foi Leopoldo, que vendeu Bartolomeu, crioulo, de 40 anos, pela quantia de 600$000 reis. As relações comerciais e familiares estavam imbricadas com a escravização.

Por outro lado, os débitos somados de Leopoldo ao negociante Sergio Pereira da Silva chegaram ao valor considerável de 17:000$000 reis. Sergio mantinha um estabelecimento comercial em Salvador e, em 1857, integrou a direção da Companhia de Seguros Marítimos Providência. Na década de 1860, também atuou como sócio fundador da fábrica a vapor Sete de Setembro, especializada no tratamento de madeira para fins navais e construção civil, incluindo a produção de portas, forros e assoalhos (ALMANAK, 1857, p. 279). Quanto às dívidas com o negociante português Justino José Fernandes, elas totalizaram 2:400$000 reis. Justino, no ano de 1854, participou da direção da Caixa de Reserva Mercantil e, aparentemente, manteve atuação como banqueiro ao longo da vida (ALMANAK, 1854, p. 223). Além disso, atuava como consignatário de embarcações, o que ampliava suas atividades comerciais e financeiras (Correio Mercantil, 1844. N. 134, p. 4).

As testemunhas arroladas no inventário de José Leopoldo de Mello também oferecem pistas sobre outras figuras que faziam parte do cotidiano desse negociante. Entre elas, destaca-se o português José Constantino de Oliveira, amigo e inventariante de Leopoldo. Em 1857, Oliveira tinha 52 anos e vivia de seus negócios. Em 1845, ele foi registrado no almanaque como alguém que "constantemente comprava escravos", o que sugere que, na década de 1850, também estava envolvido no comércio de escravizados (ALMANACH, 1845, p.216). Nessa relação de amizade, ambos partilhavam atividades comerciais semelhantes. Outro compadre de Leopoldo era o despachante Alvares Monteiro Pereira, cuja colaboração era crucial para a fluidez das transações de compra e venda de escravizados. Um despachante de confiança como Alvares Monteiro facilitava os processos de registro em escrituras e a emissão de passaportes para as negociações

interprovinciais, simplificando as operações comerciais e assegurando o sucesso das transações de Leopoldo.

Esses registros indicam a presença de grandes negociantes e agentes de compra e venda integrados a uma rede ampla que movimentava o comércio interno de escravizados na Bahia. Aqueles que financiavam essas transações, por meio de letras ou crédito, lucravam indiretamente com as operações de Leopoldo, recuperando as dívidas com juros. Embora houvesse riscos como inadimplência ou falência dos devedores, certamente, eram negócios lucrativos. Banqueiros e financiadores diversificavam investimentos, e o comércio de escravizados era um dos ramos viáveis. Ainda no círculo de Leopoldo, agentes de compra e venda e despachantes eram figuras presentes, tanto em negócios quanto em relações pessoais.

Além disso, a análise das escrituras da freguesia da Sé permite identificar outros comerciantes de escravizados que, embora não diretamente associados a J. Leopoldo de Mello, compunham a rede local do tráfico. Entre 1852 e 1853, Candido Fernandes Lima, caixeiro do influente negociante português José Francisco Godinho, destacou-se no comércio interprovincial ao enviar, pelo menos, 14 escravizados para o Rio de Janeiro. Na Sé, entre 1855 e 1856, Fernandes adquiriu cinco escravizados: Henriqueta, Frederico (8 anos), Rosa (14 anos), Evandro (12 anos) e Francisco (maior de 12 anos), todos crioulos[9]. A escolha por jovens escravizados, em especial homens, reflete o perfil preferido pelos traficantes do tráfico interno e interprovincial, o que sugere que os escravizados comprados por Candido Fernandes Lima na Sé poderiam ter como destino o porto do Rio de Janeiro.

Manoel Pinto Leite, outro traficante interprovincial de origem portuguesa, teve uma atuação expressiva no envio de escravizados para o Rio de Janeiro no início da década de 1850. Em 1852, ele agiu como procurador em 26 registros de passaporte para escravizados; em 1853, em 20 registros; e em 1854, em 8. No total, enviou ao menos 54 escravizados ao Rio de Janeiro nesse período. Em 1855, Pinto Leite se fez presente no cartório da Sé e vendeu o africano Pompeo pelo valor elevado de 1:100$000 réis, o que sugere que Pompeo possuía um ofício especializado, valorizado no mercado.

Vicente Pereira Porto, conhecido nos circuitos do tráfico interno de escravizados, também realizou negociações na freguesia da Sé. Em 1856, ele formalizou a compra do africano José com o Tenente Coronel Theodoro Teixeira Gomes, por 1:000$000 réis. Posteriormente, em 11 de janeiro de 1860, o próprio Teixeira Gomes atuou como procurador de Vicente Porto no cartório da freguesia do Pilar, onde redigiu escritura de compra dos africanos Antonio do Rosário e José do Rosário, adquiridos de Manoel do Rosário, também africano, por 2:400$000 réis. [10] Esta transação tinha caráter interprovincial: Porto, que residia no Rio de Janeiro, mantinha procuradores em Salvador

[9] Banco de dados elaborado a partir das fontes: Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB); Sessão Provincial; Série Polícia do Porto, Registros de Passaportes. Maços: 5903/5904/5894. E Arquivo Municipal de Salvador. Livro de Compra e Venda de Escravos da Sé, 1852-1856.
[10] Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB); Sessão Judiciário; Série Processo Cível. Classificação: 42/1499/2

para facilitar a aquisição de escravizados a serem transportados para outras províncias.[11] Sabe-se que Vicente Pereira da Silva Porto era português e chegou ao Brasil em 1836. Após desembarcar em Salvador, mudou-se para Minas Gerais e, apenas em 1849, aparece na documentação da Corte. Seu conhecimento dos sertões e das rotas que ligavam Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro pode ter sido um fator estratégico para sua atuação no comércio interprovincial de escravizados. (ENGEMANN, Carlos. SILVA, Adriana Ribeiro F. da., 2015).

Na década de 1870, marcada pelo intenso fluxo do tráfico interprovincial, existiu maior influência de negociantes e firmas comerciais especializadas no tráfico interprovincial. Na freguesia da Sé, nos anos de 1875 e 1876, a firma *Miranda Leone e Companhia*, dirigida pelos comerciantes Luiz Baptista Leone e José Machado Miranda, lavrou as escrituras de venda das escravizadas Leunina, de 26 anos, natural de Barra do Rio Grande, e Thomasia, de 27 anos, atuando como procurador do vendedor em ambas as transações. A origem de uma das transações, a freguesia de Barra do Rio Grande (atual município de Barra), situa-se a cerca de 650 km de Salvador, na confluência dos rios Grande e São Francisco, indicando a extensão geográfica do tráfico interno e o papel das rotas terrestres. A historiadora Joice Oliveira (2019), ao estudar escrituras da freguesia de Conceição da Praia, destacou a atuação desses e de outros negociantes, revelando articulações e o modus operandi das transações entre a Bahia e a Corte, e que também estiveram presente nos sertões baianos.

Esses dados demonstram como o comércio local de escravizados esteve entrelaçado com o tráfico intra e interprovincial, com diferentes agentes circulando nas áreas urbanas de Salvador para aproveitar oportunidades comerciais. Na próxima seção, analisam-se os dados quantitativos extraídos das escrituras de compra e venda de escravizados da freguesia da Sé. Aspectos como os preços dos escravizados, o uso de procurações e a proporção entre sexo masculino e feminino nas escrituras serão abordados para uma compreensão mais aprofundada do mercado da escravização nessa freguesia.

AS ESCRITURAS DE ESCRAVIZADOS DA SÉ

Existiram diferentes tipos de escrituras registradas no tabelionato da Sé, que variaram ao longo dos anos pesquisados. Na Tabela 1, pode-se observar o número de transações de compra e venda nas décadas de 1850 e 1870, e a quantidade de escravizados que foram comprados e vendidos.

[11] Em alguns trabalhos encontro referência a Vicente Pereira da Silva Porto como um rico comerciante que investiu nos negócios da escravidão. Na década de 1870, Porto possuía muitos escravos empregados ao ganho na Corte. Ver:
SOARES, Luís Carlos. **O" povo de cam" na capital do Brasil**: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX. 7Letras, 2007.
ENGEMANN, Carlos. SILVA, Adriana Ribeiro F. da. **Acumulação de fortuna e o negócio de fornecimento indireto de mão de obra escrava na Corte a partir do inventário de Vicente Pereira da Silva Porto (1865).** In: História Econômica & História de Empresas. v. 18 n. 1 (2015). Disponível em: [http://www.abphe.org.br/revista/index.php/rabphe/article/view/332]. Acessado em 20 de abril de 2025.

Tabela 1 – Compra e vendas de escravizados Freguesia da Sé*

Ano	Compra e vendas	Escravizados	Masculino	Feminino
1852	54	58	34	24
1853	86	112	58	54
1854	71	89	45	44
1855	77	89	47	42
1856	76	78	36	42
Total	364	426	220	206
1871	31	50	26	24
1872	27	29	11	18
1873	36	43	18	25
1874	2	2	0	2
1875	9	12	3	9
1876	10	10	2	8
1877	4	4	1	3
Total	119	150	61	89

Fonte: Arquivo Municipal de Salvador. Livro de Compra e Venda de Escravos da Sé.
*Foram selecionadas apenas as escrituras com contratos de Compra e Venda.

A tabela evidencia o dinamismo do comércio de escravizados na freguesia da Sé durante a década de 1850. Apesar dos efeitos do fim do tráfico atlântico, que impulsionaram o tráfico interprovincial na Bahia, houve intenso fluxo nas negociações locais. Já na década de 1870, o tráfico interprovincial envolveu ainda mais participantes, e os mais de 20 anos sem o desembarque de africanos escravizados contribuíram para a redução das escrituras de compra e venda. Ainda assim, observamos um número significativo de transações locais.

Na década de 1850, a proporção entre escravizados do sexo masculino e feminino era equilibrada, com uma leve predominância de homens, que representavam cerca de 52% do total. Na década de 1870, essa configuração se inverteu, e o comércio local de escravizados passou a envolver majoritariamente mulheres, que correspondiam a aproximadamente 59% das transações (89 mulheres contra 61 homens). A diminuição de escravizados do sexo masculino reflete o impacto do tráfico interprovincial e o fim do contrabando após 1850. Em contrapartida, a continuidade da compra e venda de mulheres escravizadas, mesmo após a Lei do Ventre Livre de 1871, que garantia a liberdade para seus filhos, revela o interesse da classe senhorial de Salvador em empregá-las em diferentes serviços urbanos, assim como em atividades domésticas.

Em relação ao comércio local e o tráfico intra e interprovincial de escravizados, devemos levar em consideração o uso de procurações nas negociações. Na Tabela 2, foram separadas as escrituras que apresentaram procuração, seja por parte do comprador(a) ou vendedor(a).

Tabela 2 – Escrituras que fizeram uso de procuração na Sé

Ano	Vendedor	Comprador	Escravizados	Total de escrituras c/ procuração	Total de escrituras
1852	6	1	9	7	54
1853	12	0	13	12	87
1854	12	0	22	12	74
1855	10	2	13	12	78
1856	18	2	21	20	76
Total	58	5	78	63	369
1871	7	0	12	7	38
1872	6	5	11	11	43
1873	10	2	12	12	48
1874	0	1	1	1	2
1875	3	1	4	4	13
1876	2	0	2	2	17
1877	1	0	1	1	6
Total	29	9	43	38	167

Fonte: Arquivo Municipal de Salvador. Livro de Compra e Venda de Escravos, Freguesia da Sé

Dos 63 registros de procuração entre 1852 e 1856, 58 foram do lado do vendedor, enquanto 5 vieram do comprador, sugerindo que a maioria dessas transações se deu em trocas locais, intraprovinciais. Já entre 1871 e 1877, de 39 procurações, 32 também foram emitidas pelos vendedores, o que aponta que, mesmo em um momento marcado pela especulação e o tráfico interprovincial, uma quantidade significativa de trocas ainda se dava no nível local e intraprovincial.

Entre as procurações, destaca-se a negociação intraprovincial envolvendo o comprador Jacinto Antonio de Brito e o vendedor Manoel José Diamantes, representado pelo procurador *Joaquim Ferreira Silva & Companhia*, da escravizada Esperança, crioula natural da Vila da Barra (atual Barra, à margem do rio São Francisco). Nessa transação, o comprador, Jacinto A. Britto, era um rico comerciante de Caetité. Embora não se saiba o destino planejado para Esperança, é relevante notar que, entre 1855 e 1856, Jacinto Britto formalizou a compra de dez escravizados na Sé, todos jovens e crioulos, perfil valorizado para o tráfico interno. No inventário de Britto, passado em 1868, nenhum dos escravizados adquiridos na Sé foi encontrado, sugerindo que essas compras poderiam ter fins puramente comerciais[12].

As redes comerciais estabelecidas por Jacinto Antonio de Britto, abrangendo tanto o litoral quanto o sertão, conferiram significativa amplitude às suas atividades. Em um processo de cobrança referente a uma letra de crédito datada de 5 de maio de 1838, Britto apresentou uma procuração com representantes em diversas localidades, incluindo Caetité, Rio de Contas, Macaúbas, Vila

[12] Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB); Sessão Judiciário; Série Testamento. Classificação: 3/878/1347/18.

Santo Antônio do Urubu, Vila de Carinhanha, Cachoeira, Salvador e até o Rio de Janeiro[13]. Em outro processo, de 1847, em Caetité, ele exigia de Soteiro José Caetano o pagamento de dívidas contraídas pela compra de diversos produtos. Esses episódios evidenciam a diversidade de sua atuação, que incluía a negociação de escravizados, a venda de produtos variados e a concessão de empréstimos a juros [14]. Dessa forma, o destino de Esperança e dos demais jovens permaneceu incerto, visto que a ampla rede de negócios de Britto permitia seu encaminhamento tanto ao tráfico intraprovincial quanto ao interprovincial.

Por outro lado, nem todas as procurações envolveram negociantes. Em alguns casos procurações foram utilizadas para representação de menores de idade, entre membros de uma mesma família, como pais que representavam seus filhos ou parentes. Por exemplo, no ano de 1852, de José Pereira de Sousa que foi procurador de seu pai Francisco Pereira Sousa na venda da africana Gal Peres[15].

Além disso, através das escrituras podemos visualizar os preços que foram pagos pelos escravizados negociados. A tabela 3 fornece uma amostra dos valores que foram pagos na compra de escravizados na freguesia da Sé em Salvador nas décadas de 1850 e 1870. Alguns fatores influenciaram na taxação do preço: homens jovens, assim como aqueles que tinham ofício especializado foram os mais valorizados em detrimento de mulheres, crianças e idosos. Na construção da tabela, utilizei as variáveis de valor mínimo, máximo e médio registrados nas escrituras. Para chegar ao valor médio, considerei apenas as negociações que envolveram um escravizado, separando em dois blocos entre os sexos masculino e feminino.

[13] Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB); Sessão Judiciário; Série Processo Cível. Classificação: 70/2497/14.
[14] Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB); Sessão Judiciário; Série Processo Cível. Classificação: 82/2952/17.
[15] Arquivo Municipal de Salvador. Livro de Compra e Venda de Escravos da Sé. 1852-54.

Tabela 3 – Variação dos preços, em réis, sexo masculino e feminino, na Sé

Masculino				**Feminino**		
Ano	**Mínimo**	**Máximo**	**Média**	**Mínimo**	**Máximo**	**Média**
1852	100$000	800$000	480$000	100$000	800$000	509$347
1853	50$000	900$000	467$272	100$000	800$000	513$546
1854	150$000	1:080$000	507$777	100$000	800$000	530$972
1855	150$000	1:288$000	655$000	200$000	1:100$000	670$769
1856	200$000	1:200$000	842$758	400$000	1:500$000	745$142
Média Geral			595$859			590$941
1871	200$000	1:150$000	592$941	400$000	1:200$000	658$333
1872	150$000	1:200$000	768$181	300$000	800$000	532$352
1873	400$000	1:500$000	795$833	400$000	1:250$000	617$894
1874	-	-	-	-	-	-
1875	300$000	1:150$000	650$000	200$000	700$000	528$571
1876	450$000	600$000	525$000	450$000	1:100$000	685$000
1877	800$000	800$000	800$000	400$000	800$000	612$500
Média Geral			712$500			616$229

Fonte: Arquivo Municipal de Salvador. Livro de Compra e Venda de Escravos, Freguesia da Sé.

O valor médio das escrituras oscilou ao longo do período em questão, alcançando a maior média de 842$758 reis por escravizado masculino no ano de 1856. Contudo na média geral, percebemos que o preço esteve mais alto nos anos da década de 1870, possivelmente, em consequência da escassez de mão de obra escravizada e do especulativo tráfico interno. No ano de 1853, o valor mínimo de 50$000 é referente à venda de Manoel, filho recém-nascido de Flora, crioula, o único registro encontrado de venda de um bebê recém-nascido sem a companhia de sua mãe. No entanto, não foi possível localizar Flora em nenhuma outra fonte, infelizmente, pois assim não se sabe qual destino tomou a vida de Manoel e Flora. É certo que o bebê necessitou de alguns cuidados espaciais, por mais que não aqueles adequados, e na falta de sua mãe alguma outra pessoa assumiu. Histórias como essa aparecem nas escrituras e expressam o quanto o momento de negociação foi traumático, com rupturas de laços familiares e afetivos em momentos cruciais.

Deve-se considerar que, na Tabela 3, as médias não foram segmentadas por faixa etária, o que reflete um quadro geral dos valores das escrituras, envolvendo escravizados de diferentes idades e perfis. Deste modo, a venda de pessoas idosas ou muito jovens tende a reduzir a média geral. No ano de 1871, por exemplo, ao se considerar apenas os escravizados do sexo masculino com idades entre 15 e 30 anos, a média dos valores das escrituras sobe para 718$571 réis, valor próximo aos registrados nos anos 1872 e 1873.

A comparação de preços entre as diferentes localidades pode ajudar a mensurar a lucratividade dos traficantes envolvidos nesse comércio interprovincial. Após 1850, a maioria dos escravizados que saiu pelo porto de Salvador teve como destino o porto do Rio de Janeiro e, posteriormente, muitos foram relocados para os trabalhos nas fazendas de café. Nesse sentido, Renato Leite Marcondes e José Flávio Mota apresentam apontamentos sobre os preços na região do Vale do Paraíba paulista, como podemos observar na imagem abaixo.

Figura 3- Tabela de preços*

NÚMERO ABSOLUTO E PREÇO MÉDIO DE ESCRAVOS HOMENS E DE ESCRAVAS, SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS

	Escrituras de compra e venda Guaratinguetá e Silveiras, 1872/74		Lista de classificação Cruzeiro e Lorena, 1874	
Sexo/ Faixas etárias	Número	Preço médio (réis)	Número	Preço médio (réis)
HOMENS				
menores de 10	3	733$333	—	—
10 a 14	14	1:146$429	124	1:516$935
15 a 39	33	1:635$909	542	1:758$118
40 a 59	6	1:300$000	320	1:291$407
60 ou mais	1	100$000	18	450$000
Total	57	1:405$877	1.004	1:556$126
MULHERES				
menores de 10	2	475$000	—	—
10 a 14	8	784$375	77	1:383$117
15 a 39	29	1:025$173	494	1:426$923
40 a 59	2	400$000	164	920$731
60 ou mais	—	—	10	375$000
Total	41	920$854	745	1:296$845

*Tabela extraída: MARCONDES, Renato Leite; MOTTA, José Flávio. Duas fontes documentais para o estudo dos preços dos escravos no Vale do Paraíba paulista. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo , v. 21, n. 42, p. 495-514, 2001 . Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882001000300012&lng=pt&nrm=isso]. acessos em 03 fev. 2019. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882001000300012.

Na tabela reproduzida na imagem 3, percebemos que os preços eram elevados em comparação aos valores de compra e venda na freguesia da Sé. A atuação daqueles traficantes interprovinciais que compraram escravizados em Salvador esteve baseada na oportunidade de lucro obtido na revenda de escravizados para regiões do sudeste dedicadas ao cultivo do café. A média de preço de um escravizado masculino em Guaratinguetá e Silveira, no período de 1872/74, foi de 1:405$877 reis, enquanto na freguesia da Sé esteve na média de 712$500, uma diferença de

693$377, o suficiente para cobrir os custos legais, de transporte, alimentação com suficiente margem de lucro.

Erivaldo Fagundes Neves (2000, p. 97-128) compara os preços de escravizados de Caetité, sertão baiano, e Rio Claro, município cafeeiro da província paulista, e nesse caso também existiu diferença significativa nos valores. No ano de 1874, em Caetité um escravizado homem era comprado pelo preço de 765$000 reis, enquanto em Rio Claro a média estava em 2:200$000 reis. Em 1873, na freguesia da Sé, conforme a tabela 3, a média de preço era 795$833 reis. Mesmo considerando a margem de erro dos valores e os riscos envolvidos nas transações, fica evidente que o tráfico interprovincial de escravizados para o sudeste foi um negócio bastante lucrativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresenta dados quantitativos e qualitativos que contribuem para o entendimento do tráfico interno no Império do Brasil. A análise de informações como os nomes de traficantes, companhias comerciais e pessoas traficadas permite aprofundar a compreensão deste tema complexo, que ainda demanda mais pesquisas e abordagens. O comércio local de escravizados na freguesia da Sé, em Salvador, revelou-se dinâmico e interligado ao tráfico interno.

O caso do comerciante José Leopoldo de Mello ilustra a dinâmica do comércio de escravizados, que envolvia as condições de vida adversas daqueles traficados e o interesse pelo lucro dos negociantes. A rede de Leopoldo, composta majoritariamente por negociantes brancos e alguns de origem portuguesa, refletia uma estratégia de alianças comerciais, incluindo sua associação com um despachante, o que facilitava seus negócios. As letras de crédito sugerem um padrão de financiamento das transações, em que negociantes mais ricos lucravam com os juros, enquanto os devedores realizavam operações comerciais — inclusive de escravizados — para cobrir as despesas de suas dívidas e ainda obter algum lucro. No caso de Leopoldo, as dívidas acumuladas não foram integralmente quitadas antes de seu falecimento, revelando os riscos financeiros que circundavam.

Além disso, alguns traficantes que remeteram diversos escravizados para os portos do Rio de Janeiro, como Manuel Pinto Leite, Candido Fernandes Lima e *Miranda Leone e Companhia*, figuraram nas escrituras públicas da Sé. No entanto, boa parte das negociações ocorreu entre senhores baianos, sinalizando que, embora interligado ao tráfico interprovincial, a freguesia da Sé representou predominantemente o comércio local e intraprovincial de mão de obra. Cabe salientar que atuação desses negociantes de escravizados foi diversificada, muitas mantinham negócios em diferentes segmentos comerciais.

REFERÊNCIAS

DE SOUZA OLIVEIRA, Joice Fernanda. **Atando e desatando nós: negociantes e cativos no comércio interno de escravizados, 1850-1888.** (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019

ENGEMANN, Carlos. SILVA, Adriana Ribeiro F. da. Acumulação de fortuna e o negócio de fornecimento indireto de mão de obra escrava na Corte a partir do inventário de Vicente Pereira da Silva Porto (1865). In: **História Econômica & História de Empresas**. v. 18 n. 1 (2015).

FLAUSINO, Camila Carolina. **Negócios da escravidão: tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1886. 2006. 203p**. 2006. (Dissertação Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2006.

LAURINDO JR, Luiz Carlos. Rios de escravidão: tráfico interno e o mercado de escravos do Vale do Amazonas (1840-1888). (Tese de Doutorado). USP, São Paulo, 2021.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. **Africanos Livres:** a abolição do tráfico de escravos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. 632p.

MARTINS, Roberto Borges. **Crescendo em silêncios:** a incrível economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: Editora ICAM/ABPHE, 2018.

MOTTA, José Flávio. **Escravos daqui, dali e de mais além.** O tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887). São Paulo: Alameda, 2012.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do Alto Sertão da Bahia para o Oeste Cafeeiro Paulista. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 24, 2000. DOI: 10.9771/aa.v0i24.20997. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20997. Acesso em: 10 maio. 2024.

PARREIRA, Nilce Rodrigues**. Comércio de Homens em Ouro Preto no século XIX**. (Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná. 1990.)

PIRES, Maria de Fátima Novaes. **Fios da vida**: tráfico interprovincial e alforrias nos sertoins de sima – BA (1860-1920). São Paulo: Annablume, 2009.

RUSSO, Maria do Carmo de Oliveira. **A escravidão em São Mateus/ES: Economia e demografia (1848-1888)**. (Tese de Doutorado). USP, São Paulo, 2011.

SCHEFFER, Rafael da Cunha. **Comércio de escravos do sul para o sudeste,** 1850-1888: economias microrregionais, redes de negociantes e experiência cativa. (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. 342 f.

SILVA, M. S. **Africanos livres em Alagoas:** tráfico ilegal, escravidão, tutela e liberdade (1849-1864), (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2017.

SLENES, Robert Wayne. **The demography and economics of brazilian slavery:** 1850-1888. Department of History, Stanford University, 1976.

TIZOCO, Ulisses Henrique. **Pessoas negociando pessoas: o mercado de escravos de Bonfim do Paraopeba (MG) e suas conexões (1842-1888)**. (Dissertação de Mestrado). UFMG, Belo Horizonte, 2018.

VASCONCELOS, Albertina Lima. Tráfico interno, liberdade e cotidiano de escravos no Rio Grande do Sul: 1800-1850. **Anais do II Encontro**—Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Porto Alegre, 2005.

FONTES

Almanach para o anno de 1845 (BA), (p.216) [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=847062&pesq=%22Constantino%20Jos%C3%A9%20de%20Oliveira%22&pasta=ano%20184&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=216]. Acesso em: 20 de abr. 2025.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Bahia (BA) – 1857. (p. 279) Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706825&pesq=%22Sergio%20Pereira%20da%20Silva%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=1016]. Acesso em: 20 de abr. 2025.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Bahia (BA), 1854. (p.223) Disponível em [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706825&pesq=%22Justino%20Jos%C3%A9%20Fernandes%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=228]. Acesso em: 20 de abr. 2025

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Bahia (BA), 1854. (p.223) Disponível em [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=706825&pesq=%22Justino%20Jos%C3%A9%20Fernandes%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=228]. Acesso em: 20 de abr. 2025.

Arquivo Municipal de Salvador. Livro de Compra e Venda de Escravos da Sé, 1852-1880.

Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB); Sessão Judiciário; Série Processo Cível. Classificação: 64/2302/05

Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB); Sessão Judiciário; Série Processo Cível. Classificação: 42/1499/2

Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB); Sessão Judiciário; Série Testamento. Classificação: 3/878/1347/18.

Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB); Sessão Judiciário; Série Processo Cível. Classificação: 70/2497/14.

Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB); Sessão Judiciário; Série Processo Cível. Classificação: 82/2952/17.

Banco de dados elaborado a partir das fontes: Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB); Sessão Provincial; Série Polícia do Porto, Registros de Passaportes. Maços: 5903/5904/5894.

Correio Mercantil : Jornal Politico, Commercial e Litterario (BA) – 1844. N. 134, (p.4). Disponível: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=186244&Pesq=%22Justino%20Jos%c3%a9%20Fernandes%22&pagfis=5807]. Acesso em: 20 de abr. 2025.

Relatorio dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA) – 1860- Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=130605&pesq=%22Sergio%20Pereira%20da%20Silva%22&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=2848]. Acesso em: 20 de abr. 2025.